

A Construção da África: uma reflexão sobre origem e identidade no continente

The Construction of Africa: a reflection about origin and identity in the continent

Simone Martins Rodrigues PINTO

RESUMO

A busca pelo entendimento da África deve começar a partir do legado deixado pelo colonialismo e pela luta pelo fortalecimento de uma efetiva soberania interna. Isto implica em conhecermos como se deram a extensão da autoridade e a delimitação das fronteiras dos Estados. Assim, a identidade africana emerge em consequência da construção do "outro". Considerando a inexistência de uma identidade comum entre os povos pré-coloniais, apenas poderemos perceber a dinâmica da formação dos Estados africanos a partir da conexão entre identidade e ameaça.

Palavras-chave: África, colonialismo, estado-nação, identidade, regionalismo.

ABSTRACT

The search for understanding Africa should begin by the legacy of colonialism and the struggle to strengthen internal sovereignty. Thus, it is necessary to analyze the extension of authority and the constitution of the state borders. The African identity emerges as consequence of the construction of the "other". Taking into consideration that a common identity does not existed among precolonial nations, we shall notice the process of formation of African states only connecting the concepts of identity and threat.

Index Terms: Africa, colonialism, identity, nation state, regionalism.

Introdução

Poucos Estados africanos têm condições de ter uma narrativa histórica e cultural comum. Atualmente, muitos governantes enfrentam o problema de unificar nações que têm ligações culturais e religiosas bem diferentes, com uma formação arbitrária das fronteiras do Estado no período da dominação colonial. A consolidação da legitimidade do Estado no contexto atual de crise no continente é um problema de identidade entre as múltiplas etnias que compartilham as mesmas fronteiras políticas. Antes de iniciado o processo de colonização ocidental da África, as etnias que habitavam o continente desenvolviam sua própria tradição, independente das outras, de forma bastante fragmentada e compartimentada. O contato entre elas não foi suficiente para gerar mitos e tradições compartilhadas.

A identidade africana emerge em consequência da construção do “outro”. Considerando a inexistência de uma identidade comum entre os povos pré-coloniais, apenas poderemos perceber a dinâmica da formação dos Estados africanos a partir da conexão entre identidade e ameaça. O Estado africano para se consolidar enfrentou duas frentes de ameaça: em primeiro lugar as potências coloniais, contra as quais foi importante o fortalecimento do movimento pan-africano, criando uma identidade comum da região e uma necessidade de libertação de todo o continente. A segunda ameaça é representada pelo próprio pan-africanismo, que desafiava a legitimidade, a soberania e a estabilidade dos Estados-nacionais em favor de uma identidade transfronteiriça. A identidade africana foi construída com base no sistema fragmentado em fronteiras herdado do ocidente. A legitimidade dos novos líderes, a unidade e o desenvolvimento destes novos atores do sistema internacional dependiam do consenso criado em torno da manutenção da divisão em Estados.

Ao contrário do que se pensa, a experiência africana é particularmente importante no estudo da formação do Estado e na construção da nação porque mostra o desafio de promover a unidade e a identidade de povos e territórios extremamente diferentes, buscando adaptar-se ao sistema ocidental de Estados-nação. Segundo o modelo desenvolvido por Michael N. Barnett (1996) verifica-se que a identidade africana foi construída a partir da representação de um inimigo comum, o colonialismo, mas a dinâmica regional foi mantida através da formação de normas constituídas para reger as relações entre os Estados, que enfatizavam a necessidade de manter as fronteiras herdadas do período colonial.

O colonialismo alterou rápida e radicalmente as fronteiras políticas e territoriais da África. Mesmo a Etiópia, que permaneceu independente, teve sua dimensão reduzida pelos poderes coloniais ao redor do país. O fato das fronteiras africanas terem sido constituídas artificialmente impõe um dilema para os movimentos nacionalistas que buscam a unidade e a mobilização das populações dentro de cada Estado. Grupos dentro de um único país muitas vezes apresentam maior afinidade com sua etnia espalhada por outras fronteiras.¹ Além disso, a diversidade dentro do Estado tornou difícil a interação, prejudicada ainda pela política de estratificação étnica implantada pelas metrópoles. John Breuilly percebeu bem estes problemas quando escreveu que:

[...] the attempt to construct a cultural or ethnic identity at the level of the colonial territory can have a degree of plausibility if there is some real continuity between the peoples and territories of the pre-colonial and the colonial eras. However, in many cases such a construction looks quite artificial because of the sharp break in continuity introduced by colonial rule. (BREUILLY apud GARCETTI, 1997)

¹ Os Haussa entre o Níger e a Nigéria; os Djerma e os Sonrhai entre o Níger e Mali, os Ioruba entre Daomei e Nigéria e muitos outros grupos espalhados entre fronteiras.

A necessidade de intensificar os laços e sentimentos comuns fez nascer arranjos artificiais tanto para consolidar cada Estado separadamente quanto para criar um regionalismo africano. A experiência colonial gerou Estados pluriétnicos, que aglomeravam não só etnias diversas, mas que dividiam a mesma etnia entre várias fronteiras. A estabilidade do sistema e o fortalecimento dos governos pós-coloniais dependiam em grande parte do desenvolvimento de ideologias nacionalistas e de mobilização social baseadas numa lealdade criada de cima para baixo, das elites para a população.

Uma das mais proeminentes dicotomias no estudo das nacionalidades é a distinção entre nacionalismos “étnicos” e nacionalismos “cívicos”. O nacionalismo étnico é caracterizado por um apelo às forças culturais e etnográficas de um povo, tornando-se culturalmente exclusivista e baseado numa descendência comum. Este tipo de apelo no continente africano poderia agravar ainda mais a instabilidade, exacerbando as rivalidades entre os diferentes grupos. O nacionalismo cívico é uma ocorrência eminentemente política, em que a solidariedade é construída de forma voluntária e em bases territoriais. Seu processo de construção constitui-se na busca de um laço unificador que é fomentado pelas elites políticas para criar a lealdade ao Estado.

A formação da identidade africana se assemelha mais ao que chamamos de identidade cívica, criada a partir de um fenômeno que atingiu de forma unânime todos os Estados da África: o colonialismo. A história destes Estados passou a ter elementos em comum, organizados como um regime internacional comum, com semelhantes estruturas de poder e de desenvolvimento social. Embora diferissem em muitos pontos, a política colonial seguiu um mesmo padrão de exploração das riquezas e de acirramento das rivalidades entre etnias. A manutenção das fronteiras e a formação da identidade comum entre os povos foram resultados da existência de um inimigo comum, a metrópole, e de um anseio comum, a

independência. Segundo Basil Davidson (1993), a África desenvolveu uma forma de estatismo nacional, que demanda a formação de uma lealdade artificial com o Estado, dissociada da idéia de solidariedade étnica.

Qualquer busca de entendimento a respeito da África deve começar pelo legado deixado pelo colonialismo e pela luta pelo fortalecimento de uma efetiva soberania interna. Isto implica em conhecermos como se deram a extensão da autoridade e a delimitação das fronteiras dos Estados.

A África pré-colonial era um território inóspito com relativamente baixa densidade demográfica. A África sub-saariana, que representa 18% da superfície do planeta, sempre foi esparsamente habitada. Este é um dos motivos da dificuldade da extensão da autoridade central do governo a fim de regular todos os grupos dentro das fronteiras. Na maioria dos estudos sobre identidade, o papel do território e das fronteiras é considerado fundamental para a formação da lealdade e da solidariedade na comunidade que habita uma determinada região, no entanto, na África, o território não era fator de unidade. Embora a extensão das fronteiras tenha sido a preocupação de alguns governantes pré-coloniais, a natureza da autoridade era bem diferente. (HERBST, 2000, p. 36). O poder, na política pré-colonial, não era baseado no controle de territórios. Em muitos aspectos, a África pré-colonial era similar à Europa medieval, onde a soberania era compartilhada entre a igreja e várias outras unidades políticas.

A abundância de terras facilitava os movimentos migratórios em busca de um ambiente mais produtivo para a agricultura ou deslocamentos ocasionados pela competição por um mesmo território. Era mais fácil abandonar o local em disputa do que criar laços de identidade com a região. Grupos dissidentes também preferiam se deslocar para novos territórios a se submeterem aos governos com os quais não estavam satisfeitos, enfraquecendo a autoridade dos chefes e imperadores africanos.

A grande quantidade de terras inabitadas também evitou a ocorrência de conquistas territoriais na história da formação dos Estados. A história da

África é extremamente pacífica no que diz respeito aos embates entre Estados, o que prejudicou a construção de um sistema de coleta de taxas mais eficiente e extensivo, além de ter retardado a construção de uma infraestrutura abrangente e integradora das diversas regiões. As guerras territoriais na Europa demandavam uma grande quantidade de recursos e pessoas fomentando o desenvolvimento de redes de ligação entre a capital e a periferia. Ao contrário do que aconteceu na Europa, os conflitos no continente eram motivados principalmente pelo interesse em escravos e em riquezas, e não com o interesse de anexar territórios, por isso requeriam menor mobilização da população. Os modelos que relacionam guerra e formação da identidade não se ajustam perfeitamente à história africana.

Nada como uma ameaça externa para convencer a população de que precisa pagar mais ao Estado em forma de tributos, além de uni-la em torno de símbolos e memórias comuns. Para muitos autores, só a guerra faz com que a população se sinta identificada com o Estado.² O processo de consolidação do Estado passa pelo desenvolvimento de uma série de ligações emocionais expressas em símbolos de nacionalismo, que melhor se desenvolvem através das guerras. Exceto por poucos Estados como Angola, Guiné Bissau, Moçambique, Namíbia e Zimbábue, que lutaram guerras de libertação para ganhar a independência, nenhum outro passou pelo trauma da guerra que muitas vezes resulta em orgulho nacional. A dificuldade destes países em estimular a identidade nacional através de mitos e heróis passados se reflete nos hinos de cada país, que se dividem no movimento paradoxal de exaltar uma nacionalidade africana e uma lealdade estatal. Muitos hinos buscam ressaltar a qualidade pacífica dos povos africanos e outros manifestam uma ambígua lealdade, como, por exemplo, o hino de Mali que repete a frase “Pela África e por você, Mali”. (HERBST, 2000, p. 128). A identidade política de um africano pode ser representada por um

² Samuel Huntington afirmou que a “guerra era o grande estímulo para a construção do Estado” e Charles Tilly chegou a afirmar que “a guerra fez o Estado e o Estado fez guerra”.

edifício de três andares: no topo da estrutura está o senso de identidade continental que todos os africanos compartilham. Qualquer um diria sem hesitação “eu sou africano”. Na base do edifício esta o senso de identidade étnica, uma força poderosa que permite que se identifiquem como Yorubas, Kikuyu, Bangandas etc. A crise está na identidade que se encontra no meio destas duas, a identidade nacional. Identificar-se como ugandas, etíopes ou somalis é ainda mais difícil na medida em que muitos governantes têm continuado a política colonialista do dividir para governar (DENG, 1996).

Apesar dos líderes africanos pré-coloniais não pretenderem perder os seus territórios em circunstâncias normais, a maioria não estava disposta a pagar o preço de defendê-lo, principalmente se este território correspondesse à periferia do Estado. Geralmente, o diâmetro do alcance da autoridade era determinado pela irradiação da autoridade do centro até uma distância relativamente pequena, o que deixava muitas regiões fora do alcance dos governos estabelecidos nas capitais.³

A extensão do controle sobre todo o território nunca foi um imperativo para os colonizadores europeus. Os custos de alcançar áreas geograficamente difíceis e a economia voltada para a metrópole fizeram com que as redes de transporte e comunicação se concentrassem na costa, prejudicando a integração do continente. A necessidade de criar uma zona periférica que isolasse o Estado das ameaças externas, em princípio, não era considerada prioritária.

Os colonizadores criaram um sistema de fronteiras bem definidas, um sistema econômico voltado para as exportações, construíram uma infraestrutura de transporte e comunicações e trouxeram sua religião, linguagem e práticas culturais que imprimiram mudanças em todo o continente. Na verdade, até 1885 muito pouco do território além da costa estava

³ Por exemplo, o Império Ashanti concebia o seu domínio estendido até a distância correspondente ao que um mensageiro conseguia andar, a partir da capital Kumasi e retornando da fronteira, sem gastar mais que 30 dias.

formalmente controlado. Muitas vezes uma capital era criada mais próxima do litoral embora houvesse cidades mais desenvolvidas no interior. Em 1853, a Grã-Bretanha tentou desenvolver um projeto visando a aumentar sua influência na Costa do Ouro através da construção de rodovias, mas, como era de costume, o parlamento não estava disposto a arcar com os custos necessários; mesmo às vésperas da corrida colonial, em 1880, o governo britânico ainda expressava pouco interesse pelas colônias africanas, requerendo que elas se sustentassem por si mesmas. Nas palavras do Secretário do Colonial Office, Sir Frederick Rogers, as colônias africanas eram “expensive and troublesome”. (HERBST, 2000, p. 63).

O advento de novas tecnologias permitiu grandes avanços na conquista do interior. Em 1850, a quinina reduziu as mortes por malária em 4/5 e o desenvolvimento de armamentos mais eficazes também contribuiu para a sobrevivência dos exploradores. A disposição em conquistar a África, que acometeu praticamente toda a Europa neste período, tem explicações múltiplas, que variam de governo para governo; mas, mesmo que em meados de 1880, os europeus estivessem decididos a conquistar a África, o interesse em governá-la não era tão claro. O custo de desenvolver redes administrativas eficientes era muito alto e o continente não era economicamente fundamental para a Europa. Embora não tenha havido grande dificuldade em impor o domínio estrangeiro, os governos estabelecidos durante a era colonial não eram muito elaborados ou substanciais; geralmente eram exercidos por poucas pessoas e tinham escassos recursos financeiros.

Quando a tecnologia europeia permitiu a ocupação e exploração do interior inóspito do continente, nenhum governo organizado territorialmente, foi encontrado. A maioria das sociedades era organizada em sistemas de clãs e linhagens sem uma autoridade central discernível. Economias monetárias eram raras e a tecnologia rudimentar (JACKSON; JAMES, 1993); mesmo os impérios islâmicos do Sahel, que eram os mais

desenvolvidos não poderiam ser confundidos com os Estados nacionais modernos, eram mais semelhantes ao sistema feudal europeu, sem fronteiras consolidadas e vários suseranos superpostos.

A falta de fronteiras, a facilidade migratória, as tradições de soberania compartilhada, constituíam heranças pré-coloniais que tornaram a divisão das colônias um processo difícil para os europeus. A Conferência de Berlim 1884-5 foi uma tentativa de resolver as contendas a respeito da extensão do poder de cada potência colonial, principalmente numa época em que novos países entravam na corrida pela conquista de colônias. A fórmula elaborada na conferência foi a de que nenhuma nova potência colonial teria direitos sobre um território a menos que exercesse um controle político forte e efetivo sobre ele. Isto requeria que cada possessão tinha de ser efetivamente administrada ou então a metrópole deveria desistir dela. Na prática as potências estabeleciam protetorados formais, afastando as pretensões de outros invasores, mas continuavam mantendo um frágil controle, suficiente apenas para garantir os mercados livres para o seu comércio.

A grande peculiaridade da formação do Estado na África é que os mapas foram desenhados antes da conquista e, apesar do que eles apresentavam, até o início do século XX, muitos habitantes do interior recusavam-se a se submeter à dominação branca e permaneciam sob a administração de chefes locais. O pequeno número de soldados e administradores prejudicava a extensão da lei colonial. Em 1900, por exemplo, havia cerca de três mil portugueses para controlarem todo o país da Angola, o que deixava muitas comunidades rurais isoladas.

Os eventos na Europa, essencialmente a partir da década de 30, interromperam o processo de extensão do poder e do sistema administrativo sobre o interior africano. As ambições, principalmente da França e da Grã-Bretanha começaram a decair progressivamente e depois da II Grande Guerra os Estados europeus estavam preocupados demais com sua própria

reconstrução para se lançarem em novos empreendimentos. Muitas vezes os europeus agiram como os governantes pré-coloniais e preferiram desistir a lutar pela manutenção das colônias.

Ao fim do período colonial, o cenário africano não era animador. A falta de identidade comum, presente na fase pré-colonial, ainda não tinha sido superada. Apesar da formação das fronteiras e da criação dos Estados, a artificialidade destes processos enfraqueceu a unidade africana, tanto dentro quanto entre as comunidades. Os problemas referentes à extensão da autoridade e as políticas elitistas das metrópoles serviram para acirrar ainda mais as rivalidades étnicas. Durante a descolonização muitas diversidades internas entre os vários grupos ficaram relegadas diante do interesse de todos pela independência, mas quando esta foi alcançada, elites no poder e facções afastadas do controle político começaram a se enfrentar. As reivindicações pela participação no desenvolvimento das questões públicas, na maioria das vezes, eram encaradas como ameaças à unidade do país e repudiadas violentamente, o que só agravava as reivindicações secessionistas.

A maioria dos Estados da África não possui o que Antony Smith (1992) chamou de núcleo étnico — com exceção do Egito e da Somália — ou uma tradição comum. Na ausência de uma etnia predominante, toda a comunidade disputa a posição dominante e estratégica. É verdade que diversos países como o Zimbábue e Uganda possuíam núcleos étnicos fortes ou sociedades étnicas organizadas capazes de atrair a lealdade de outros grupos, mas estas etnias muitas vezes foram minadas pela política colonial de estratificação e clientelismo. Na Nigéria, por exemplo, mesmo somadas, as três maiores etnias representavam apenas pouco mais de 60% da população total e em outros países o número de grupos diversos é ainda maior.

A preocupação com a construção de uma identidade africana, seja estatal ou continental, emerge junto com as lutas de independência. É neste

momento de definição da ameaça e de busca de unidade contra um inimigo comum que a identidade começa a ser objeto de discussão. Por algum tempo as etnias conseguiram colocar suas rivalidades de lado para se concentrarem na tarefa de livrar o território dos estrangeiros colonizadores. Esta unidade, ainda que frágil, foi fomentada pelo movimento pan-africano que já vinha se desenvolvendo desde o início do século. Embora o movimento pan-africano tenha sido repleto de avanços e retrocessos, foi o impulso inicial para os debates a respeito da identidade africana.⁴

Fatores internos e externos contribuíram para a formação de uma identidade africana, mesmo temporária e frágil. O movimento pan-africano, o movimento em defesa da negritude e o terceiro-mundismo sobrepujaram, ainda que brevemente, as diferenças entre os diversos grupos africanos. Todos se uniram na luta pela libertação do continente e, quando esta se deu, novas formas de identidade tiveram de ser pensadas.

À medida que a independência dos Estados estava sendo alcançada, ficava ainda mais evidente a tensão entre as pretensões pan-africanas e a necessidade de fortalecimento das fronteiras estatais. Este debate foi importante na consolidação das regras que iriam reger o novo sistema que emergia da dependência, gerando padrões de aliança e de rejeição entre os Estados africanos.

O movimento pan-africano teve seu início fora da África, especialmente nos EUA, mas conseguiu conquistar as elites africanas. Antes da II Grande Guerra já haviam sido realizados quatro congressos pela luta da libertação africana, embora apenas o quinto, ocorrido em 1945, em Manchester, tivesse contado com a representação africana. O Congresso de Manchester adotou a Declaração dos Povos Colonizados, redigida pelo Dr. Kwame Nkrumah, que termina com as palavras: “Nós proclamamos o direito, para todos os povos colonizados, de assumirem seu próprio

⁴ O pan-africanismo emerge em meio ao movimento terceiro mundista iniciado pela Ásia, continuado pela África e ao qual a América Latina se une.

destino... a longa noite está morta!... Povos colonizados e povos oprimidos de todo o mundo, uni-vos!”

Não só ideólogos como Kwame Nkrumah, mas muitos outros como Edward Blyden⁵, Léopold Sédar Senghor⁶, Aimé Césaire, Frantz Fanon⁷, Nyerere e Sékou Touré contribuíram para a formação de uma consciência africana em torno da necessidade de desenvolver uma identidade própria, livre da influência externa.

Começa, por um lado, a luta política perante os organismos internacionais e regionais pela independência e, por outro, a formação de uma consciência crítica dentro da comunidade africana, uma reação às idéias de missão civilizatória dos países europeus. Em seu livro “Os Condenados da Terra”, Frantz Fanon escreve contra o complexo de inferioridade que se instalou na cultura africana e contra a valorização dos hábitos europeus como sinal de progresso e igualdade. Muitos africanos identificavam os trajes europeus, a literatura, a linguagem como sinais de progresso. A reafirmação da cultura africana e a busca de construção de uma história e tradição próprias foram tema de várias obras e discursos desta época. O Ganense Kwame Nkrumah, chefe de governo do primeiro Estado descolonizado da África subsaariana,⁸ foi o grande ideólogo do pan-africanismo e do nacionalismo africano, inspirou toda uma geração de líderes africanos e marcou profundamente a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA) e os primeiros anos de existência da Organização. Apelidado de “Osagyefo” (redentor), encarava a luta contra o colonialismo e

⁵ Edward Blyden (1832-1912) foi o primeiro filósofo africano a tratar de maneira mais aprofundada do mimetismo servil, da alienação cultural dos negros africanos e da necessidade de mudanças do método pedagógico de ensino. (MANCE, 2001, p. 2)

⁶ Sédar Senghor foi professor e político, vindo a ser presidente da República do Senegal. Foi um dos maiores divulgadores da *negritude*, que se consolidava como um movimento cultural de construção da identidade negra. (MANCE, 2001, p. 3)

⁷ Frantz Fanon partia do conceito de alienação desenvolvido por Hegel e Marx para analisar os mecanismos de dominação na formação da consciência do povo colonizado. (MANCE, 2001, p. 5)

⁸ Gana se tornou independente em 1957, desencadeando a enxurrada de soberanias outorgadas pelas potências coloniais.

o imperialismo como uma causa sagrada, pela liberdade, pela dignidade e pela identidade cultural de todos os africanos.

Perante a Organização das Nações Unidas (ONU), mais que a África negra, é a África árabe, e principalmente o Egito após sua revolução anti-feudal de 1952, que se mostrará mais ativa na luta pela descolonização. Graças ao Egito, que travou uma dura batalha diplomática com a Inglaterra, o “grupo árabe”, constituído na ONU pelos seis Estados neutros da Liga dos Estados Árabes, criada em 1945, coloca em vigor, diante da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança as questões da Palestina, da Tunísia, do Marrocos e da Argélia, que cada vez mais tomavam conta da opinião pública mundial, na medida em que estes três países do Magreb travavam uma luta violenta com a França. O grupo árabe também teve um papel importante na luta contra o *apartheid* na África do Sul desde 1946, quando só a Libéria e a Etiópia eram independentes.

Após 1945, várias conferências se reuniram para estabelecer a solidariedade afro-asiática. Em Bandung, 1955, estabelece-se o não alinhamento do Terceiro Mundo⁹, na conferência do Cairo em 1957 cria-se a Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia e, em 1958, se dá a primeira conferência dos Povos da África, realizada em Acra, capital da recém independente Gana. Em 1963, o regionalismo africano é institucionalizado através da criação da Organização da Unidade Africana, com sede na capital etíope de Adis Abeba.

A Carta da OUA representa a vitória do princípio da soberania jurídica dos Estados sobre as pretensões de uma união continental

⁹ Na Conferência de Bandung ficam decididos 10 princípios: 1) respeito pelos direitos humanos; 2) respeito pela soberania e integridade territorial dos Estados; 3) igualdade dos povos e nações; 4) não-intervenção nos negócios internos dos Estados; 5) direito de cada nação se defender só ou coletivamente; 6) não utilização de dispositivos de defesa que sirvam aos interesses particulares das grandes potências; 7) não-agressão e não-emprego da força contra a integridade territorial e a independência; 8) regulação dos conflitos por meios pacíficos; 9) cooperação e promoção dos interesses comuns; 10) respeito pela justiça internacional e pelas obrigações que daí decorrem. O congresso reuniu 15 países recentemente descolonizados, 14 dependentes em via de descolonização e muitos observadores. A grande alavanca do congresso, por demais idealista, foi a defesa de um não alinhamento. Era o sonho de fazer do afro-asiatismo uma terceira força que atenuaria as contradições entre o Leste e o Oeste para o bem da humanidade. A própria expressão Terceiro Mundo data desta época.

supranacional. Os ideais de uma identidade pan-africana começam a se configurar como uma ameaça aos Estados-nacionais recém independentes, representam uma ameaça aos governos africanos que têm seu fundamento baseado na divisão territorial herdada da colonização. A Carta recebeu apoio não só de Estados conservadores como a Etiópia e a Nigéria, mas também de movimentos pan-africanos mais radicais como de Sékou Touré. Apenas Nkrumah, com o apoio de Uganda, continuava sua luta pela união continental. A Carta da OUA estabeleceu como único corpo capaz de tomar decisões a Reunião Anual de Chefes de Estado e Governo, que não tem prerrogativas para impor suas decisões aos Estados dissidentes, demarcando seu caráter intergovernamental.

A idéia de que as fronteiras africanas são sem importância só porque são arbitrárias é totalmente errada. Na verdade constituem a consequência mais permanente de todo o processo de colonização. Na verdade a África foi constituída em bases territoriais muito mais do que nacionais, já que a diversidade de grupos étnicos prejudicava a formação de uma nação culturalmente homogênea. Na África os territórios vieram primeiro e depois o Estado foi instalado dentro dele. Isto faz com que a identidade com o Estado seja ainda maior, já que nenhuma idéia de Nigéria ou Moçambique, por exemplo, precedeu a demarcação das fronteiras, ou poderia ser uma ameaça a esta nova identidade. As fronteiras se tornaram a base para o direito de governar dos próprios líderes africanos pós-coloniais. Sem elas seu Estado, portanto seu título, estaria em jogo. A manutenção do *status quo* era bastante importante no período após a independência.

Depois de conquistada a independência, a partir dos anos de 1960, os líderes africanos estavam em face de um dilema: ou reconheciam que os Estados traçados em Berlim eram artificiais e que não era possível manter o efetivo controle sem o uso de extrema violência ou aceitavam novas divisões de fronteiras, arriscando seus poderes herdados das potências coloniais. Uma disputa pela redefinição dos territórios tornaria o futuro dos

novos governos e o futuro de seus Estados completamente incerto. Diante de tantos desafios uma decisão foi definitiva: os mapas deveriam ser mantidos. Eles deveriam continuar o trabalho iniciado no período de dependência e estender sua autoridade sobre o restante de seus territórios, sem alterá-los.

A Resolução da OUA, de 1964, sobre o problema das fronteiras definia que os Estados deveriam respeitar as fronteiras existentes no momento da independência, correspondendo ao artigo 3º. §3 da Carta de 1963, que demandava o respeito à soberania e à integridade territorial de cada Estado e o inalienável direito à independência.

No processo de descolonização somente os Estados cujos territórios estavam reconhecidos pelo sistema internacional se tornaram candidatos à independência. Qualquer nova forma de organização política ou subdivisões foi considerada ilegítima. O mapa político sancionado pela comunidade internacional deveria ser mantido. Esta contingência aglomerou e dividiu cerca de 700 etnias em 45 Estados divididos com base em acidentes geográficos como montanhas e rios. Toda a infra-estrutura dos Estados africanos estava ligada ao sistema colonial: estradas, portos, cidades, comércio, educação, linguagem e outros fatores foram construídos para ligar os territórios a suas metrópoles. As organizações internacionais como a ONU, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial da Saúde (OMS) e outras apenas reconheciam como legítimos atores da comunidade internacional os Estados-nação. A Assembleia Geral da ONU aceitava como membros pequenos Estados como Lesoto, Gâmbia e Guiné-Bissau, mas rejeitava outras formas de organização muito maiores como os grupos étnicos Zulu e Ashanti, que haviam sido grandes impérios pré-coloniais (JACKSON, 1990, p. 144).

A Carta da ONU faz duas referências explícitas ao princípio da autodeterminação dos povos. O artigo 1º. §2 declara que um dos propósitos

das Nações Unidas é “desenvolver relações amigáveis entre as nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas para fortalecer a paz universal”. O artigo 5º. também fala em autodeterminação e os Capítulos XI e XII se referem à autodeterminação como autogoverno e independência para as colônias e tutelas.

Depois da Segunda Guerra Mundial e da descolonização, “povo” passou a ser identificado somente com aqueles que viviam nos territórios coloniais. A autodeterminação está vinculada às colônias, portanto, nenhum movimento etno-nacionalista dentro de algum Estado foi considerado legítimo. Era a forma de preservar os pilares do sistema internacional estado-cêntrico. A esperança de que o direito de autodeterminação iria colocar um fim no direito de conquista suscitou um enorme otimismo no mundo pós-Segunda Guerra. Na Conferência de Paz de Paris chegaram petições, resoluções, cartas e apelações da Coreia, Armênia, Síria, Ucrânia, Estônia, Letônia e Lituânia, Polônia, Boêmia, Albânia, Irlanda e muitas outras delegações de grupos nacionais, uns para pedir mudança de soberania, outros para trazer resultados de votações já realizadas e alguns para solicitar plebiscitos formalmente organizados. No entanto, cada delegação das principais potências já tinha suas próprias idéias acerca do significado da autodeterminação dos povos. O princípio ficou restrito ao direito dos Estados africanos de terem sua independência outorgada, sem que nenhuma alteração na fronteira fosse aprovada.

Também a OUA, diante das questões relativas à autodeterminação, elevou os direitos do Estado a um patamar mais elevado que os direitos dos indivíduos. Os primeiros três itens da Carta afirmam a igualdade soberana de seus Estados-membros, a não-intervenção nos assuntos internos e o respeito pela integridade territorial. A autodeterminação era considerada apenas uma reivindicação daqueles países que eram ainda colônias ou estavam sob o controle de uma minoria branca.

Esta preocupação com a manutenção das fronteiras ficou bem evidente em dois casos de movimentos secessionistas: para separar Katanga do Congo e o Biafra da Nigéria. Também serviu para inibir reivindicações territoriais feitas pela Somália e pelo Marrocos sobre seus vizinhos. A identidade marroquina deriva do que foi o Reino do Marrocos, pré-colonial, que foi usada pelo Rei Hassan II para associar seu direito de domínio sobre a atual Argélia, Mauritânia e Saara Espanhol. Na Somália, o movimento nacionalista buscou unir a etnia somali espalhada na Somália italiana, somalilândia britânica, Djibouti, Etiópia e Quênia. Salvo o Saara Ocidental, que foi ocupado pelo Marrocos, os dois países se submeteram ao consenso continental estabelecido na OUA.

Mesmo quando havia outras definições antes da independência, a maioria dos Estados preferiu não provocar uma instabilidade perigosa com seus vizinhos, como é o caso da Libéria que considerava que grandes áreas do seu território foram tomadas por colonialistas britânicos e franceses para formar Serra Leoa, Guiné e Costa do Marfim. Uma guerra de retomada destes territórios poderia ganhar proporções internacionais.

O amplo suporte à manutenção das fronteiras, dado pelos Estados africanos e pelas potências externas, ajudou a inibir muitos movimentos nacionalistas, mas não impediu inteiramente algumas instabilidades, que muitas vezes desembocaram em guerras civis, como no Sudão. Um dos únicos casos bem sucedidos foi a separação da Eritreia, que baseou suas reivindicações no fato de derivar sua divisão dentro da Etiópia de um domínio colonial italiano. Na verdade, a grande maioria das reivindicações territoriais na África foi articulada com base em demarcações feitas sob o domínio colonial. Os territórios ou eram uma colônia separada ou subdivisões claras dentro delas. Katanga, Togolândia, Biafra, o sudeste do Sudão e a Eritreia são territórios multiétnicos que buscaram redefinir suas fronteiras com base nos mesmos princípios de territorialidade dos Estado

independentes, a partir das próprias divisões feitas pelos colonizadores. (CLAPHAM, 1996, p. 49).

A norma que rege o regionalismo africano é fortemente fundamentada na divisão de fronteiras. Na disputa por fronteiras entre Mali e Burkina Faso, a Corte Internacional de Justiça declarou que, com base nos princípios que os próprios países africanos decidiram seguir de manter as fronteiras coloniais, apesar do aparente conflito com o princípio da autodeterminação, não era permitido aos dois países alterar suas fronteiras. Um caso típico foi a guerra civil nigeriana de 1967-70. Vários governos, incluindo a Tanzânia e Gana, tentaram argumentar a favor do regime rebelde do Biafra, mas em 1967 a OUA reafirmou o respeito à soberania e à integridade territorial da Nigéria e considerou sua guerra civil um assunto interno.¹⁰

Idéias de formação de laços continentais mais fortes nunca morreram, mas fracassaram sucessivamente ou eram fracas demais para alcançar seus propósitos. Algumas instituições supranacionais foram pensadas como a Federação Mali, a Federação da África do Leste, a Confederação da Senegâmbia, a *Southern African Development Community* (SADC)¹¹ e a *Economic Community of West African States* (Ecowas). Em 1980 o Plano de Ação de Lagos, pensado no âmbito da OUA, planejava criar instituições pan-africanas como a Comunidade Econômica Africana, apoiada pelo Fundo Monetário Africano e o Fundo Africano de Garantia e Solidariedade Mútua. É claro, nenhum veio à tona pela falta de incentivo suficiente para que os líderes africanos abdicassem de seu poder estatal.

¹⁰ A guerra de secessão do Biafra durou dois anos e meio e terminou com a rendição oferecida pelo chefe da revolta, o general Philip Effiang. Nessa data os observadores anunciaram a morte de dois milhões de ibos, etnia que habitava a província do Biafra. Logo no início do conflito, a Cruz Vermelha havia anunciado, inutilmente, o massacre diário de oito a dez mil pessoas, vítimas principalmente dos campos de concentração. (MOREIRA, 1999, p. 207)

¹¹ A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community*) é formada por África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, com o objetivo de constituir um mercado comum em médio prazo.

O pan-africanismo foi o ideal em torno do qual a identidade africana foi forjada no período de transição. Foi uma construção necessária para gerar um orgulho pela raça negra e pelas tradições não-ocidentais, criando uma aura de autonomia e liberdade no continente. Terminada a descolonização, a necessidade de consolidação social e política dentro dos Estados era muito maior. Manter a unidade e a estabilidade dentro dos Estados se tornou a meta mais importante e árdua dos Estados, que iniciavam sua inserção internacional de forma atrasada.¹² As condicionalidades da Guerra Fria e as dificuldades econômicas, sociais e políticas enfrentadas por cada Estado fortaleceu ainda mais uma identidade estatal e deixou submersa por muitos anos a bandeira de uma união regional.

A busca de uma maior integração está inserida num movimento global de volta ao regionalismo, que tem explicações múltiplas. Vários fatores provocam um retorno aos ideais pan-africanos. O principal deles é a necessidade de mobilização e colaboração mútua para aliviar o contexto de crise generalizada. A África tem hoje o fardo de uma dívida externa de 300 milhões de dólares. O fim da Guerra Fria provocou a queda dos regimes marxistas e de partido único, mas não trouxe a estabilidade esperada. A redução da importância estratégica do continente provocou a retirada dos investimentos e ajudas externas, vindas principalmente dos EUA e da URSS para manterem suas zonas de influência. Hoje a maioria dos Estados verga sob as condicionalidades do FMI e seus planos de estabilização econômica.

A África ganhou muita visibilidade internacional, principalmente nos anos de 1970, quando os regimes violentos de Jean Bedel Bokassa na África Central, de Fernando Macias Nguema na Guiné Equatorial e de Idi Amim na Uganda elevaram de tal maneira o nível da crítica internacional que enfraqueceu a defesa da soberania jurídica da África e abriu espaço para a imposição de condicionalidades externas. Mais tarde, Angola, Chade,

¹²

Dos trinta países mais pobres do planeta vinte e cinco são africanos.

Sudão e Etiópia ficaram presos no que parecia uma guerra civil sem fim. A crença de que a África não conseguiria se desenvolver sem a intervenção externa começou a se generalizar e a necessidade de mostrar o oposto é uma das razões da articulação regional.

A mobilização regional serve de suporte à democratização e abertura política dos países africanos a fim de prepará-los para uma maior inserção internacional. Logo depois da independência, os partidos nacionalistas que foram formados para mobilizar o apoio popular contra o regime colonial e, ao mesmo tempo, para garantir a posição de seus líderes no novo governo, começaram a perder sua força. O processo de consolidação da maioria dos governos africanos foi feito a partir do controle de cima para baixo. Em poucos casos como em Gâmbia e em Botswana, foi permitido aos partidos de oposição concorrerem nas eleições, ainda assim porque não tinham nenhuma perspectiva de vitória. Muitas vezes, o próprio partido do governo atrofiava e a organização eleitoral ficava obsoleta. A maioria dos Estados seguiu o mesmo padrão: estrutura administrativa fraca, economia frágil, perigosas fontes de oposição como milícias armadas e terrorismo e líderes políticos que usavam a máquina do Estado para suprimir ou cooptar qualquer organização rival. Grande parte governava até a sua morte, golpe de estado ou outra rebelião qualquer. A metade dos líderes africanos, entre a independência e 1991, foram assassinados, executados, encarcerados ou forçados ao exílio (CLAPHAM, 1996, p. 58).

A necessidade de reverter a situação de fraqueza e dependência dos países africanos tem sido a principal bandeira dos movimentos pan-africanistas atuais, porém, apesar da defesa da criação de organismos supranacionais, a imutabilidade das fronteiras ainda é um dos mais fortes pilares da identidade africana: é a certeza de que a África não irá se afogar em novas reivindicações secessionistas ou irredentistas. O regionalismo africano, ao contrário, é uma tentativa de uma articulação mais geral a fim de solucionar problemas que os países individualmente têm se mostrado

incapazes de enfrentar. De forma alguma é um movimento revisionista, mas uma forma de criar novas identidades a fim de superar a ineficiência de muitos Estados em garantir a unidade dentro de suas fronteiras, evitando os embates tribais.

Os anos noventa são marcados pelo retorno aos movimentos etno-nacionalistas, à guerra civil e à intervenção estrangeira armada. O novo impulso à cooperação regional no continente é a busca de uma alternativa a este cenário, procurando promover a solidariedade entre os países africanos e o fortalecimento do bloco perante os organismos internacionais¹³, é mais uma tentativa de fortalecer a identidade africana que até hoje se mostra instável.

A compreensão da identidade africana não é uma tarefa fácil. A África é um continente fragmentado em inúmeras etnias que ainda não encontraram a paz social, com os maiores índices de pobreza e subdesenvolvimento do planeta e, ao contrário do que se pensa, com escassos recursos naturais. A multiplicidade lingüística e religiosa também é um obstáculo à formação de sua identidade. Ainda que a Índia vivencie uma pluralidade de línguas e castas, o país encontrou no hinduísmo sua identidade, o que não acontece na África. Construir ideais em torno dos quais a população possa se unir não é um processo rápido, principalmente levando-se em conta todas as peculiaridades históricas e geográficas já mencionadas, o importante, no entanto, é que este processo não parou.

¹³ O G-77, por exemplo, foi criado em 1964 para coordenar os interesses dos países em desenvolvimento no foro da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) e de outras organizações das Nações Unidas, organizando subgrupos regionais de resistência.

Referências bibliográficas

BARNETT, Michael (1996). **Identity and alliances in the Middle East**. In.: KATZENSTEIN, P. J. (Ed.). **The culture of national security: norms and identity in world politics**. New York: Columbia University Press.

CLAPHAM, Christopher (1996). **Africa and the international system: the politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press.

DAVIDSON, Basil (1993). **The black man's burden: Africa and the curse of the nation-state**. New York: Three Rivers Press.

DENG, Francis et al (1996). **Sovereignty as responsibility: conflict management in Africa**. Washington, DC: The Brookings Institution.

GARCETTI, Eric (1997). **Civic and ethnic allegiances: competing visions of nationalist discourse in the Horn of África**. In.: 40th ANNUAL CONVENTION, INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION, Washington, 1997.

HERBST, Jeffrey (2000). **States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control**. New Jersey: Princeton University Press.

JACKSON, Robert H. (1990). **Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World**. Cambridge: Cambridge University Press.

JACKSON, Robert H.; JAMES, Alan (1993). **States in a changing world: a contemporary analysis**. Oxford: Clarendon Press.

MANCE, Euclides André (1995). **As Filosofias africanas e a temática da libertação**. Curitiba. Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/abertura.htm>. Acesso em: 12 maio 2001.

MOREIRA, Adriano (1999). **Teoria das relações internacionais**. Coimbra: Editora Almedina.

SMITH, Anthony (1992). **Criação do estado e construção da nação**. In.: HALL, John. **Os estados na história**. Rio de Janeiro: Editora Imago.

Autora

Simone Martins Rodrigues Pinto

Filiação institucional: Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas/Universidade de Brasília (CEPPAC/UNB).

E-mail: smartinsrodrigues@hotmail.com

Como citar este artigo:

PINTO, Simone Martins Rodrigues. **A Construção da África: uma reflexão sobre origem e identidade no continente.** Revista ACOALFAPlp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 2, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.mocambras.org>> e ou <<http://www.acoalfaplp.org>>. Publicado em: setembro 2007.



Texto recebido em 05/2006

Texto aprovado em 07/2006